

Além dos extremos

Um dos temas mais polêmicos da conjuntura histórica que estamos vivendo é o do papel do Estado frente ao desenvolvimento econômico. Somos induzidos a pensar que existem apenas dois caminhos radicalmente excluídos: o intervencionismo estatal ou a via neoliberal, sendo esta última sinônimo de desregulação econômica e de limitação do Estado às suas funções clássicas. A esquerda acusa a direita de privatizar em demasia e de abandonar a sociedade à própria sorte num mercado cada vez mais competitivo e injusto; a direita acusa a esquerda de defender a estatização, que acaba por gerar cada vez mais ineficiência, corporativismo e outros efeitos externos negativos, através do aumento da carga tributária.

Se examinarmos a realidade sem uma posição preconcebida, veremos que, mesmo nas economias ditas “neoliberais”, como a dos Estados Unidos e a da Inglaterra, bem como a dos países escandinavos – Dinamarca, Holanda, Noruega, Suécia e Nova Zelândia –, que experimentaram profundas mudanças modernizadoras nos últimos dez anos, o Estado continua tendo um grande poder regulador sobre a atividade econômica interna e, no caso norte-americano, também sobre o comércio internacional. Sofremos diretamente as restrições das cotas e barreiras tarifárias impostas pelos Estados Unidos e pela União Européia para produtos como a laranja, a carne, o aço, dentre outros. O Presidente Bush anunciou, recentemente, a liberação de uma verba de US\$ 250 bilhões para um programa destinado à erradicação dos *homeless* – os sem teto – no país, estimados em 750 mil. Ora, em ambos os casos, estamos diante de um forte e aberto intervencionismo estatal para proteger a economia privada e mitigar os efeitos perniciosos da desigualdade de renda e da exclusão social.

Devemos também levar em conta que o crescimento desmedido da intervenção estatal, como apregoa a visão da esquerda, não possui sustentação na história recente. A experiência de Cuba e a derroca-



da dos países de economias centralmente planejadas redundaram num escandaloso fracasso, cuja consequência maior foi a queda dos regimes ditos “socialistas”. Os resultados da ausência de um mercado privado foram o desabastecimento crônico, o baixo dinamismo econômico, a obsolescência tecnológica e o totalitarismo político. Apesar dessa inegável lição da história, persiste entre nós os resquícios dessa ideologia estatizante, que apregoa ser a ação do Estado o único caminho para a correção das nossas desigualdades sociais e econômicas.

Uma nova forma de pensar o desenvolvimento e o papel do Estado necessariamente deve levar em conta as lições dessas duas grandes experiências históricas. Essa visão inédita se traduziria na combinação de uma ação direta do Estado como investidor em infra-estrutura e agente prospectador de investimentos privados e também como gerador de condições institucionais estáveis para a atração de empresas, desenvolvimento tecnoló-

“Uma nova forma de pensar o desenvolvimento e o papel do Estado deve levar em conta as lições das grandes experiências históricas”.

gico, abertura de mercados e modernização das cadeias produtivas de baixa produtividade e competitividade. Às vezes, a intervenção do Estado requer investimentos diretos – como o que realizamos no Rio Grande do Sul em infra-estrutura ao longo de décadas –, mas, na maior parte das vezes, depende apenas de articulação institucional, mobilização dos agentes envolvidos e adoção de políticas tributárias seletivas. Creio que não exista um defensor do “neoliberalismo” que seja contra essa idéia-chave. Se existir, lamentavelmente, estará defendendo um Estado que jamais existiu, não existe e nunca existirá.

A esquerda, por sua vez, precisa entender que o Estado não pode tudo. E que cabe ao mercado e aos capitais privados cumprir o seu papel no desenvolvimento econômico. O mercado é imperfeito? É. Mas ainda é a melhor instituição criada para sinalizar os agentes econômicos sobre a evolução da economia, fornecendo à sociedade indicações sobre preços, tendências de comportamento do consumidor, cenários para a definição de investimentos e iniciativas empreendedoras. Isso não significa “endeusar” o mercado, imaginar que ele vai resolver tudo. Todavia reconhecer que o mercado tem um papel importante não significa dizer que o Estado não deva intervir para evitar formação de monopólios ou para implementar políticas sociais compensatórias ou geradoras de oportunidades iguais.

Precisamos nos libertar do debate estéril e improdutivo entre “estatistas” e “privatistas”, para abriremos um diálogo construtivo. Não podemos perder as novas oportunidades abertas pela globalização irreversível por mero ranço ideológico, seja ele de direita ou de esquerda. Enfim, o apelo é para recuperarmos um espaço mínimo, onde predomine a razão, exigência primeira para um diálogo inteligível e promissor.

Janice Mayer Machado

Presidente do Sindicato dos Auditores de Finanças do Rio Grande do Sul – SINDAF; ex-Secretária de Estado.